

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Para dirimir conflitos de competência em matéria tributária entre os Estados e o Distrito Federal, a CF elege:

- (a) A Resolução do Senado Federal.
- (b) A Lei Complementar.
- (c) A Emenda Constitucional.
- (d) A Lei Ordinária.

2. Julgue o item em que a imunidade recíproca, que beneficia a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, não impede que uma dessas pessoas de direito público interno lance sobre as outras:

- (a) Taxas e contribuições de melhoria.
- (b) Todos os tributos de sua competência, excetuadas as taxas.
- (c) Impostos sobre a renda, patrimônio, produção e circulação.
- (d) Impostos sobre os serviços, produção e circulação e comércio exterior.

3. A não-cumulatividade é um traço característico da feição jurídica do ICMS, por força de:

- (a) Princípios e regras existentes no plano da legislação ordinária.
- (b) Preceito constitucional implícito.
- (c) Preceito constitucional expresso.
- (d) Determinação contida em lei complementar.

4. Para cobrança de taxas, não se poderá(ão) utilizar:

- (a) Alíquotas que serviram para a incidência de impostos.
- (b) Base de cálculo, seja qual for o tipo de serviço público prestado.
- (c) Alíquotas, seja qual for o exercício de poder de polícia manifestado.
- (d) Base de cálculo que tenha servido para a incidência de impostos.

5. Marque o item em que é fixada, por lei complementar, a alíquota máxima do seguinte tributo:

- (a) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (b) Imposto Territorial Rural.
- (c) Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- (d) Imposto sobre Produtos Industrializados.

6. Pertencem aos Municípios parcelas do produto da arrecadação dos seguintes tributos:

- (a) Imposto de renda retido na fonte e imposto sobre produtos industrializados.
- (b) Imposto de renda retido na fonte e imposto sobre propriedade territorial rural.
- (c) Imposto sobre propriedade territorial rural e imposto sobre operações financeiras.
- (d) Imposto sobre propriedade de veículos automotores e imposto sobre operações financeiras.

7. Qual o item refere-se à vedação de estabelecer limitações ao tráfego interestadual de mercadorias:

- (a) Imposto.
- (b) Taxa.
- (c) Multa.
- (d) Tributo.

8. A imunidade recíproca estende-se às seguintes pessoas:

- (a) Empresas públicas.
- (b) Sociedades de economia mista.
- (c) Concessionárias de serviço público.
- (d) Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

9. Classificam-se como limitações constitucionais ao poder de tributar:

- (a) A liminar em mandado de segurança e a isenção.
- (b) A imunidade e a decadência.
- (c) A isenção e a imunidade.
- (d) Os princípios da legalidade, da anterioridade e a imunidade tributária.

10. Em conformidade com as disposições constitucionais sobre tributos:

- (a) As sociedades de economia mista estão alcançadas pela imunidade do imposto de renda em relação ao lucro oriundo das atividades para cuja execução foram criadas.
- (b) A vedação de a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituírem imposto sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros estende-se às autarquias e aos serviços públicos concedidos.
- (c) É inconstitucional a lei complementar da União que conceda isenção de imposto municipal, atendendo a relevante interesse social ou econômico nacional.
- (d) É constitucional o aumento do imposto predial no mesmo exercício em que for aprovada a lei que fixar o aumento.

11. Para que a contribuição de melhoria seja cobrada, é necessário que uma obra pública:

- (a) Seja realizada.
- (b) Beneficie imóvel particular.
- (c) Valorize imóvel público.
- (d) Valorize área urbana.

12. Infringe preceito constitucional a lei complementar federal que:

- (a) Estabelecer requisitos e exceções ao gozo de imunidade constitucional, conferida aos templos de qualquer culto.
- (b) Atribuir à pessoa imune a responsabilidade pelos tributos que lhe caiba reter na fonte.
- (c) Instituir empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, sem obediência ao princípio da anterioridade da lei.
- (d) Estabelecer requisitos ao gozo de imunidade constitucional, conferida às instituições de educação ou de assistência social.

13. Para valer internamente, na ordem jurídica nacional, os acordos firmados pelo Brasil para evitar a dupla tributação serão ratificados:

- (a) Por decreto do Presidente da República.
- (b) Por Instrução Normativa do Secretário da Receita Federal.
- (c) Mediante Portaria do Ministro da Fazenda.
- (d) Por decreto legislativo expedido pelo Congresso Nacional.

14. A competência dos Estados e do Distrito Federal para instituição do Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Serviços é:

- (a) Privativa, no sentido de que nenhum outro ente político da Federação pode arrecadar esse mesmo tributo.
- (b) Comum a Estados-membros e Municípios, uma vez que o ente municipal participa do produto de sua arrecadação.
- (c) Privativa, mas pode ser exercida pelo Município, em caso de omissão do Estado, uma vez que o ente político local participa do produto de sua arrecadação.
- (d) Privativa, mas não exclui a instituição do mesmo tributo pela União, nos Territórios, ou ainda no exercício de sua competência extraordinária.

15. Analise as alternativas abaixo e, em seguida, assinale a correta:

(a) O local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços, objetos do fato gerador do ICMS, entre outros, segundo a CF de 1988, será fixado pela Lei complementar estadual.

(b) Nos termos da CF de 1988, a lei complementar tributária, em relação ao ICMS, poderá exclusivamente prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outros Estados e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias, além de regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

(c) O imposto sobre grandes fortunas, de competência da União, pode ser instituído, através de lei complementar.

(d) Nos termos da CF de 1988, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, de competência dos Estados e do Distrito Federal e o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel, de competência dos Estados, tem incidência cumulativa sobre a mesma operação.

16. Um determinado capital produz um montante em 3 meses de \$ 1.360 e um montante em 5 meses de \$ 1.600. Qual a taxa simples aplicada sobre este capital ?

(a) 10% a.m.

(b) 12% a.m.

(c) 14% a.m.

(d) 20% a.m.

17. Uma pessoa conseguiu um empréstimo de \$ 20.000 para ser devolvido em 2 anos. Sabendo-se que a financiadora cobra taxa nominal composta de 24% a.a. com capitalização trimestral, o montante a ser pago no vencimento será de:

(a) 30.572

(b) 31.876

(c) 37.018

(d) 32.125

18. José aplicou \$ 500.000 a juros compostos durante um ano, à taxa de 10% a.a. Paulo aplicou \$ 450.000 a juros compostos durante um ano, à taxa de 18% a.a. Pode-se afirmar que:

(a) José obteve 19.000 de rendimento a mais do que Paulo;

(b) Paulo obteve 19.000 de rendimento a mais do que José;

(c) José obteve 31.000 de rendimento a mais do que Paulo;

(d) Paulo obteve 31.000 de rendimento a mais do que José;

19. Com referência à taxa de juros compostos de 10% a.a., pode-se dizer que o pagamento de \$ 100.000 feito daqui a um ano é equivalente financeiramente ao pagamento de:

(a) 89.000 na data atual

(b) 150.000 daqui a dois anos

(c) 146.410 daqui a cinco anos

(d) NDA

20. Um investidor aplicou \$ 2.000.000 no dia 06-jan-xx, a uma taxa composta de 22,5% a.m. Esse capital terá um montante de \$ 2.195.000:

(a) 5 dias após sua aplicação

(b) após 130 dias de aplicação

(c) em 15-mai-xx

(d) em 19-jan-xx

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto I para responder às questões de 21 a 23.

[Texto I]

01 O tempo não é experiência. Pode ser esclerose. Numa visão ligeira,
02 envelhecer seria um caminhar no sentido do futuro – o que não corresponde à
03 verdade. Caminhar em direção ao futuro é a característica do jovem, ocorrendo
04 envelhecimento quando se inicia o processo inverso: a volta ao passado, sua
05 preservação, dele se fazendo sempre mais dependente. No que envelhece, o risco é
06 o hábito – a infundável repetição daquilo que foi antes uma resposta criadora.

07 O perigo é a tensão inerente ao passado em buscar perpetuar-se,
08 oferecendo as mesmas respostas a questões que agora são outras. Esta, a ameaça
09 do passado. Mas há outro ângulo.

10 O passado não se acumula somente sob a forma de hábito, mas,
11 virtualmente, introduz a possibilidade da memória. E se o hábito faz com que se
12 repitam mecanicamente respostas caducas, a memória é o potencial criador
13 sempre disponível com o qual a história pode contar.

14 O jovem está, num certo limite, livre de um passado que ameaça escravizá-
15 lo – simplesmente por não existir ou por não ter atingido a intensidade necessária.
16 Na aparência – como se isso não dependesse de uma posição do espírito – sendo o
17 Brasil um país jovem, estaríamos menos próximos dos perigos da esclerose.
18 Mas com o que podemos contar? Já foi dito, de resto, ser o Brasil um país sem
19 memória.

20 Nosso ceticismo destruiria esta consideração – no sentido de levar em
21 conta – com relação ao passado. Parece que estamos condenados a sempre partir
22 do zero.

(GOMES, Roberto. *Crítica da Razão Tupiniquim*. 7. ed. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1984)

21. Após uma leitura atenta do fragmento, qual alternativa não é possível afirmar:

- (a) O autor estabelece uma visão antitética em relação ao conceito usual de tempo.
- (b) Envelhecimento é a dependência em relação ao passado.
- (c) Pode-se inferir que o jovem, para manter-se fiel às suas características, preserva incólumes os valores herdados dos antepassados.
- (d) Hábito e memória excluem-se, na medida em que o hábito é pura repetição, enquanto a memória abre possibilidades criadoras.

22. Julgue a correta, em relação às normas gramaticais:

- (a) Na linha 10, a próclise do pronome em *não se acumula* é facultativa.
- (b) As duas ocorrências da partícula *se*, nas linhas 7 e 10, equivalem-se no plano morfossintático.
- (c) *Num certo limite*, linha 14, está entre vírgulas por ser expressão internalizada em uma oração.
- (d) O agente da ação verbal no último período do texto, linha 21, é indeterminado.

23. Julgue a correta, em relação aos aspectos semânticos e estilísticos:

- (a) *Experiência*, *esclerose*, *passado*, *futuro* e *envelhecer*, no texto, pertencem ao mesmo campo semântico.
- (b) *Virtualmente*, na linha 11, poderia ser substituído por *potencialmente*, sem alterar substancialmente o sentido do texto.
- (c) “Sendo o Brasil um país jovem”, linhas 16-17, instaura uma condição concessiva em relação à oração seguinte.
- (d) *Ceticismo*, linha 20, liga-se semanticamente a *sem memória*, na linha 18-19.

Leia o texto II para responder às questões 24 e 25.

[Texto II]

01 Periodização da Filosofia

02

03 Não se pode afirmar que a história do pensamento filosófico obedeça a
04 uma evolução linear, de tal modo que cada posição atingida pelos grandes
05 pensadores no plano epistemológico, ético, metafísico, estético, etc., condicione o
06 desenvolvimento sucessivo.

07 Em primeiro lugar, há uma multiplicidade de áreas diversas de indagação
08 e, a não ser em casos bem raros, raramente surgem pensadores geniais capazes de
09 5 abrangê-las de maneira sincrônica ou unitária, marcando pontos cardeais da
10 história das idéias. O que prevalece, em geral, são contribuições especializadas
11 que cuidam de determinado campo de pesquisa, não se devendo esquecer que
12 essas indagações setoriais podem, às vezes, repercutir sobre o curso do
13 pensamento geral, inspirando novos paradigmas, ou seja, pressupostos
14 fundamentais que passam a condicionar as meditações subseqüentes.

15 Como se vê, as linhas de indagações filosóficas resultam de preferências
16 individuais dos pensadores assim como de fatores das mais diversificadas
17 configurações, não sendo possível, pois, afirmar que as várias correntes de
18 pensamento se entrelacem ou atuem umas sobre as outras. Há até mesmo
19 hipóteses em que determinadas escolas ou círculos de pensamento são tão ciosos
20 de suas convicções que chegam a olhar com desprezo as demais perquirições,
21 como se deu, por exemplo, em certos momentos do escolasticismo medieval; no
22 apogeu do naturalismo positivista da passada centúria; no predomínio ideológico
23 do marxismo que, no dizer de Raymond Aron, foi “o ópio dos intelectuais”; ou,
24 em tempos mais recentes, a corrente do positivismo lógico, alguns de cujos
25 mentores chegaram a considerar *meaningless*, isto é, desprovido de sentido tudo
26 que não se ajustasse a seus parâmetros.

(Miguel Reale Jr. *O Estado de São Paulo*. Jun/1998)

24. A primeira instância da interpretação textual situa-se na esfera da compreensão dos significados vocabulares e organizacionais. Atentando para esta afirmação, julgue os itens a seguir segundo os critérios semânticos e de estilo.

- (a) “Multiplicidade de áreas diversas de indagação”, linha 7, trata do caráter unívoco do conhecimento e, por conseguinte, do objeto da filosofia.
- (b) “abrangê-las de maneira sincrônica”, linha 9, é o mesmo que visão superficial sobre o objeto do conhecimento.
- (c) A partícula *pois*, linha 17, instaura uma circunstância explicativa entre duas afirmações que a circundam.
- (d) Nenhuma alternativa correta.

25. Considerando que *paráfrase* é o desenvolvimento de um texto conservando-se suas ideias originais, expressas por palavras diferentes, julgue os itens a seguir, caso sejam ou não paráfrases de segmentos do texto II.

- (a) A progressão do pensamento filosófico não se sujeita a parâmetros evolutivos lineares.
- (b) Raros filósofos conseguem abarcar simultaneamente diferentes campos da perquirição filosófica.
- (c) O pensamento geral é modificado por paradigmas fundamentais.
- (d) Todas alternativas corretas.

Leia as duas últimas estrofes do soneto para responder às questões de 26 a 28:

Hoje, segues de novo... Na partida
Nem o pranto os teus olhos umedece,
Nem te comove a dor da despedida.

E eu, solitário, volto a face, e tremo,
vendo o teu vulto que desaparece
Na extrema curva do caminho extremo.

[Olavo Bilac]

26. Sujeito do verbo *umedecer* (umedece):

- (a) a partida;
- (b) os teus olhos;
- (c) tu;
- (d) o pranto.

27. O verbo *comover* (comove) refere-se no texto (e por isso concorda com ela) à palavra:

- (a) o pranto;
- (b) a dor;
- (c) teus olhos;
- (d) te;

28. Assinale a alternativa onde aparece um verbo intransitivo.

- (a) Hoje seques de novo.
- (b) Nem o pranto os teus olhos umedece.
- (c) Nem te comove a dor de despedida.
- (d) E eu, solitário, volto a face.

29. Ambas as palavras estão grafadas incorretamente em:

- (a) capitalizar, catalizar
- (b) agonisar, batar
- (c) improvisar, anarquizar
- (d) modernizar, concretizar

30. Erro de acentuação gráfica:

- (a) O delegado mantém o preso incomunicável
- (b) Eles mantêm os reféns amarrados
- (c) Os que detêm o poder, responderão por seus atos
- (d) Os reféns, transidos de medo, vêem os soldados como verdugos

31. Aponte o erro, quanto ao número de sílabas e de fonemas:

- (a) conseguiu = 3 sílabas, 7 fonemas.
- (b) lentilha = 3 sílabas, 6 fonemas.
- (c) cheirinho = 3 sílabas, 7 fonemas.
- (d) construir = 2 sílabas, 9 fonemas.

32. Acentuados pela mesma regra:

- (a) equino, álbum, ideia, glória
- (b) também, chaminé, temíveis, rádio
- (c) uísque, cafeína, saúde, balaústre
- (d) lágrima, remói, inajá, faróis

33. Indique a alternativa errada:

- (a) As pessoas mal-educadas, sempre se dão mal com os outros.
- (b) Os meus ensinamentos foram mal interpretados.
- (c) Vivi maus momentos, naquela época.
- (d) Temos que esclarecer os mau-entendidos.

34. Assinale a letra que preenche corretamente as lacunas das frases apresentadas.

O rapaz que se sentiu _____ pela diretora do colégio fez uma _____ até Brasília para tentar _____ uma pena a ela.

- (a) discriminado - viagem - inflingir.
- (b) discriminado - viagem - infligir.
- (c) discriminado - viagem - infringir.
- (d) discriminado - viagem - infligir.

35. Preenchendo as lacunas com “QUE”, em qual alternativa esse “QUE” levaria acento circunflexo por ser monossílabo tônico?

- (a) Mas _____ lindo carro você comprou!
- (b) O novo diretor tem um _____ estranho.
- (c) Eis a aula de _____ mais gosto.
- (d) Por _____ você saiu?

LEGISLAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CARGO

36. São atribuições do fiscal, com exceção de:

- (a) elaborar, diariamente, boletim de caixa;
- (b) fiscalizar, para fins de tributação, o comércio e a indústria em geral;
- (c) verificar se as construções estão de acordo com as plantas aprovadas pela Prefeitura;
- (d) prestar informações e emitir pareceres.

37. Sobre as atribuições do fiscal, é incorreto afirmar que:

- (a) deve fiscalizar serviços de reforma e demolição de prédios;
- (b) deve efetuar notificações e lavrar autos de infração;
- (c) deve efetuar, nos prazos legais, os recolhimentos devidos, prestando contas;
- (d) deve fiscalizar, sob a supervisão de profissional competente, as obras em execução no Município.

38. Nos termos da Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- (a) os Municípios poderão instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública;
- (b) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto;
- (c) é possível à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos;
- (d) é possível à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

39. Quanto ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Pedro do Sul, é correto afirmar que:

- (a) o exercício de função de confiança pelo servidor público efetivo dispensará a função gratificada;
- (b) a função gratificada, destinada ao exercício de função de confiança por pessoa não servidora pública efetiva, poderá ser equivalente ao valor do vencimento do cargo em comissão;
- (c) o servidor público municipal não poderá exercer suas atividades além do horário normal do expediente relativo à sua função, não sendo admitida a compensação de horas;
- (d) o Prefeito Municipal determinará, quando não estabelecido em lei ou regulamento, o horário de expediente das repartições.

40. É competência do Município, além da prevista na Constituição Federal e ressalvada a do Estado, exceto:

- (a) garantir delegacias especializadas e albergues para as mulheres vítimas de violência doméstica;
- (b) disciplinar a localização, nas áreas urbanas e nas proximidades de culturas agrícolas e mananciais, de substâncias potencialmente perigosas;
- (c) fomentar práticas desportivas formais e não-formais;
- (d) dispor sobre autorização, permissão e concessão de uso dos bens públicos municipais.

41. Está entre os direitos individuais e coletivos estabelecidos pela Constituição Federal:

- (a) garantia de irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- (b) direito de voto facultativo para os maiores de setenta anos;
- (c) direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem;
- (d) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária.

42. Compete à União instituir impostos sobre:

- (a) operações relativas à circulação de mercadorias;
- (b) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- (c) propriedade territorial rural;
- (d) transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

43. Quanto à administração pública direta e indireta, é incorreto afirmar que:

- (a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;
- (b) é garantido a todos os servidores públicos, civis e militares, o direito à livre associação sindical;
- (c) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;
- (d) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

44. De acordo com a Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- (a) a seguridade social será financiada exclusivamente por recursos provenientes do orçamento da União;
- (b) a assistência social dependerá de contribuição à seguridade social;
- (c) o incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológica será promovido e incentivado pelo Estado;
- (d) incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

45. Em relação ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Pedro do Sul, é incorreto afirmar que:

- (a) para cada falta sem motivo justificado, a partir da segunda durante o mês, o servidor perderá o equivalente a uma remuneração de repouso;
- (b) a remuneração do dia de repouso corresponderá a um dia normal de trabalho;
- (c) em nenhuma hipótese poderá ser exigido o trabalho nos dias feriados, civis ou religiosos;
- (d) remuneração é o vencimento acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

46. O Estado poderá intervir no Município quando:

- (a) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- (b) o Município não dispuser de sistema próprio de previdência;
- (c) o Município deixar de promover a proteção ambiental, na forma da lei;
- (d) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal para fomentar práticas desportivas formais e não-formais.

47. Não é dever do servidor público municipal:

- (a) observar as normas legais e regulamentares;
- (b) participar de comemorações e atividades desportivas;
- (c) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão de seu cargo;
- (d) apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado, ou com o uniforme que for determinado.

48. Em relação ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de São Pedro do Sul, é correto afirmar que:

- (a) o servidor somente responde civil e penalmente pelo exercício irregular de suas atribuições;
- (b) a responsabilidade civil decorre somente de atos praticados de forma dolosa contra terceiros;
- (c) a responsabilidade penal decorre de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho de cargo ou função;
- (d) a responsabilidade civil ou administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

49. Não é caso de aplicação de pena de demissão ao servidor:

- (a) crime contra a administração pública;
- (b) inobservância de dever funcional previsto em lei;
- (c) indisciplina ou insubordinação graves ou reiteradas;
- (d) improbidade administrativa.

50. A Lei Orgânica Municipal estabelece:

- (a) a aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia autorização legislativa;
- (b) não é permitido o uso de bens municipais por terceiros;
- (c) ao Município não é permitido alienar bens municipais;
- (d) os bens móveis do Município não poderão ficar sob a guarda dos servidores.